

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016: ENCONTROS E DESENCONTROS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Maria Rafaela de Oliveira; Maria Elyara Lima de Oliveira; Mirela Máximo Bezerra Silveira; Silvio Mauro Monteiro;
Orientador: José Derivaldo Gomes dos Santos.

Universidade Estadual do Ceará (rafaoliveira800@gmail.com.); Universidade Estadual do Ceará (elyaraoliveira10@gmail.com); Universidade Estadual do Ceará (mirela.bezerra2014@yahoo.com.br); Universidade Federal do Ceará (silviomauro1969@gmail.com); Universidade Estadual do Ceará (derivaldo.santos@uece.br).

RESUMO: Após o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff e com a posse do vice, Michel Temer, o país vem passando por uma crise econômica que desencadeou em outras esferas, sobretudo, na educação. Desde o início do seu mandato, o referido presidente anunciou uma proposta de Emenda Constitucional, nº 241 e algumas reformas. Neste estudo, enfatizamos a Medida Provisória nº 746/2016 que apresenta um novo modelo de ensino médio, exposto pela mídia como o solucionador do insucesso do modelo educacional vigente. A nova Reforma do ensino médio propõe a redução de disciplinas, basicamente, da área das ciências humanas. Flexibiliza metade do tempo curricular para a formação técnica e profissional, dando ênfase à pedagogia das competências. Esse estudo objetivou desenvolver uma análise acerca dos elementos de estruturação da Reforma, enquanto política de intervenção no processo educativo, resgatando alguns momentos do processo histórico da educação brasileira, que nos permitem uma melhor percepção dos vieses político-ideológicos e sociais presentes nessa reestruturação do nível médio. Para tanto, utilizamos uma pesquisa documental e bibliográfica com base na Medida Provisória, transformada na Lei nº 13.415/2017 e em autores que aludem à temática como: Saviani (2013), Mészáros (2009), dentre outros. Para elaborar o conhecimento científico tomamos por base o materialismo histórico-dialético que abrange uma análise crítica da realidade objetiva. Ousamos adiantar que as reflexões realizadas nesse estudo nos levam a perceber que a educação está relacionada com toda a conjuntura econômica, política, social e cultural, principalmente como uma das maiores ferramentas que o Estado utiliza para prosseguir no poder e principalmente para a manutenção do capital em crise.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio; Crise econômica brasileira; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

Desde o início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff em 2015, o Brasil vem passando por uma crise econômica agravante, que teve como resultado a constituição do golpe parlamentar, o impeachment da referida presidente em 2016, e a assunção do então vice Michel Temer ao cargo da presidência da república. Já no início do seu mandato foi anunciada uma série de medidas de desestabilização dos direitos sociais, dentre elas: a proposição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 241¹), as reformas da previdência e trabalhistas, a privatização dos patrimônios estatais, a diminuição dos recursos de investimentos em áreas como educação e saúde,

¹ Posteriormente transformada em PEC 55 e aprovada em 2º turno do dia 13 de dezembro de 2016, esta congela os gastos sociais por 20 anos, limitando ainda mais a distribuição de recursos e, por consequência, as condições de vida de grande parte da população brasileira.

os crescentes aumentos nas taxas de impostos nos produtos de necessidade básica, dentre outras ações que revelam a ideologia neoliberal.

A Medida Provisória nº 746/2016 insere-se no rol dessa empreitada instituída pelo golpe, como uma estratégia de ataque preciso ao âmbito da educação. Esta é apresentada pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho, como solução para os problemas históricos enfrentados pelo Ensino Médio no Brasil. A reforma propõe um modelo educacional mais flexível, em que os alunos não teriam que cursar 13 disciplinas obrigatórias, possuindo a possibilidade de direcionar sua formação para as áreas de interesse.

A educação na sociedade burguesa é amparada pelas decisões das classes dominantes. Neste cenário o processo educativo é formulado, organizado e direcionado ao propósito de manutenção da estrutura capitalista e de produção do capital. O contexto de crise econômica que, como assevera Mészáros (2009), é estrutural, perpassa todas as dimensões que compõe o capital em sua fase atual. Crise esta, que aprofunda a necessidade de sustentação desse sistema, levando-o a busca por sua manutenção, mesmo que isso represente a destruição de todas as esferas da produção e constituição humana. Dentro desta perspectiva, a educação desenvolvida em nosso país e, em caso específico, as ações empreendidas pelo atual governo direcionam-se ao escopo de manter e aprofundar as desigualdades sociais e educacionais.

A Medida Provisória transformada na Lei nº 13.415/2017 representa uma das ações empreendidas dentro desta perspectiva. Faz-se necessário, portanto, desenvolver uma análise mais profunda sobre os elementos de estruturação dessa reforma enquanto política de intervenção no processo educativo, resgatando alguns momentos do processo histórico da educação brasileira, que nos permitem uma melhor percepção dos vieses político-ideológicos e sociais presentes nessa reestruturação do nível médio.

No intuito de atender a esse objetivo, desenvolvemos esse estudo partindo da percepção de que é de suma importância conhecer como se constituiu e como se desenvolveu historicamente a educação de nosso país, para que possamos ser capazes de analisar as atuais intervenções políticas e econômicas no âmbito educacional, entendendo o processo formativo que culminou em tais proposições. É preciso recorrer à historicidade para identificarmos os reflexos presentes no atual modelo educacional brasileiro.



METODOLOGIA

Para atender a tal objetivo e tendo em vista a necessidade de desenvolver um processo investigativo substancial, optamos pelo materialismo histórico-dialético como método direcionador de nossas análises e de nossa percepção sobre a realidade. Nesse viés nosso estudo tem por base as dimensões da materialidade em que os fatos se processam, da historicidade que os delineiam, da totalidade e do movimento dialético que os constitui. É justamente tendo em vista a compreensão do real que Marx e Engels (2010, p. 107 apud NETTO, 2011, p. 13) asseveram: “[...] é necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem”.

Não se pode, portanto, traçar uma reflexão mais profunda sobre os elementos da reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) sem buscar, impreterivelmente, a estruturação histórica da educação brasileira, destacando e correlacionando os elementos que de modo direto e indireto contribuíram para a efetivação da referida modificação na etapa média.

Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa documental, dialogando com a Medida Provisória Nº 746 instituída sob a forma da Lei 13.415/2017, associada à revisão de literatura amparada em autores brasileiros que discorrem sobre a história da educação e os desdobramentos políticos e sociais de cada período histórico como: Saviani (2013), Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), Cunha (2001) dentre outros que estão em evidência no decorrer desse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mészáros (2009) aponta que o capital é um sistema estruturalmente em crise. Uma crise que vem se agravando de tal forma, que não atinge apenas a esfera econômica, mas também a todas as dimensões que compõem a vida social e a produção humana. Podemos perceber os reflexos da referida crise afetando profundamente todos os complexos sociais que possuam ligação ou não com o estopim ou a causa do problema em sua aparência fenomênica.

O principal objetivo do capital é a sua autoreprodução. Desse modo, a natureza e todas as necessidades básicas e aspirações humanas acabam se submetendo a este viés para a reprodução desse sistema. Para Paniago (2012, p. 45), “O capital só é capital enquanto mantém ativa sua

capacidade de autoreprodução, e esta só se torna possível ao transformar valor em novo valor objetivando – que ‘se distingue de um valor de uso apenas por se multiplicar constantemente’”.

A reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei 13.415/2017, é um reflexo dessa crise e apresenta-se como materialização das ações desse sistema sociometabólico em uma de suas áreas estratégicas, que é a educação². Uma proposta de ensino, que na ânsia de garantir a manutenção do sistema vigente, acaba por representar um enorme retrocesso no processo histórico e das conquistas adquiridas por meio das lutas travadas pelos movimentos sociais e educacionais no cenário brasileiro³.

Esta reforma retoma a dualidade formativa já instituída na Reforma Capanema em 1942, assim como, a ênfase à profissionalização compulsória do nível médio instituída pela Lei 5.692/1971. Um dos principais objetivos do atual governo brasileiro é garantir o avanço da economia para o país, mesmo que isso represente o aprofundamento das desigualdades sociais. Dentro deste ensejo, busca-se reestruturar a educação para atender as demandas de formação de mão de obra “qualificada” e barata para o mercado de trabalho, além de servir de meio de disseminação da ideologia do Estado.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), no período de ditadura havia a necessidade de formação de trabalhadores para a realização de tarefas específicas. Contudo, houve um esvaziamento teórico da formação, excluindo o caráter pedagógico de formar indivíduos críticos. O currículo se tornou fragmentado e aligeirado, a intenção era formar em massa e no menor prazo possível. As semelhanças entre ambas às intenções de cada golpe ficam nítidas, principalmente quando falamos do esvaziamento do currículo.

A nova reforma propunha, na versão da MP 746/2016, a retirada de disciplinas obrigatórias, como: Filosofia, Sociologia, Geografia, História, etc. Disciplinas estas, que trazem em sua base uma reflexão crítica acerca da sociedade, economia e política. A lei 13.415/2017 não destitui claramente a presença desses campos de conhecimento, apenas apregoa que estes comporão os 50% dos componentes curriculares da educação média explicitados na Base Nacional Comum Curricular, cuja terceira versão foi lançada em abril deste ano.

O referido documento (BNCC, 2017) não apresenta disciplinas como a Filosofia e a Sociologia enquanto componentes obrigatórios, expressa ambigualmente que estas devem estar presentes no ensino da referida etapa como práticas curriculares. Além disso, a própria proposta de

² Referimo-nos nesse caso a educação em sentido estrito.

³ Ver CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001 e CUNHA, L. A. R. da. **Política Educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1998.

itinerários formativos optativos apresenta-se como mais um fator de fragmentação e desqualificação da formação dos jovens das classes dominadas, uma vez que, não há garantia de que esses itinerários serão ofertados por todas as instituições. Observa-se assim, a oportunidade de crescimento das redes privadas de ensino que terão a possibilidade de ofertarem variados itinerários.

Se o convencimento é uma das principais armas do Estado, fica extremamente mais fácil se os sujeitos não obtiverem acesso ao conhecimento sistematizado, tornando-se reféns da mídia manipuladora. Foi justamente no sentido de fixar ainda mais essa estratégia que surgiu o “movimento Escola sem Partido” que proíbe as discussões sobre gênero e principalmente sobre política dentro da sala de aula. Em uma breve visita ao site desse movimento encontramos uma passagem que se refere aos professores e consideramos importante compartilhar. “A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”⁴. Discurso que revela o quanto a educação e os professores continuam sendo alvo de perseguição, o que demonstra a pretensão de inibir a capacidade crítica e intelectual das próximas gerações.

Como já salientamos, a esfera midiática colabora com o Estado para manipular os indivíduos, utilizando-se de inúmeros artifícios para obter um resultado satisfatório. A rede Globo, por exemplo, elaborou várias propagandas que endeusavam essa nova reforma, como se essa proposta solucionasse as deficiências do modelo atual. Os meios de comunicação, assim como o sistema educacional são utilizados para repassar a ideologia dominante a fim de respaldar o golpe. A intenção do Estado sempre foi divulgar sua ideologia dominadora e negar o conhecimento historicamente acumulado, isso fica visível quando nos deparamos com os dados apresentados por Cunha (2001, p. 33):

Nos anos 60 as emissoras de televisão começavam a se multiplicar, incentivadas pelos capitalistas (interessados no controle motivacional do mercado) e pelos governos militares, que perceberam seu grande potencial de inculcação ideológica. (...) o número de telespectadores habituais é de 75 milhões, o número total dos que frequentam escola regular não chega aos 34 milhões, mesmo somando-se todos os alunos, da pré-escola até a pós-graduação. Foi isso que levou Sérgio Miceli (1972) a formular a hipótese de que a televisão ocupou parte do espaço que se esperava fosse próprio da escola, por desenvolver uma educação substituta daquela, especialmente em termos da socialização político- ideológica.

Ainda recorrendo aos fatos históricos, é preciso destacar que em 1985, com o fim da ditadura militar, as discussões relacionadas à educação haviam perdido o sentido pedagógico e assumido um caráter político. A Nova República buscou a retomada da democracia, ou pelo menos

⁴ Retirado do site Escola sem Partido, <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em 04/09/2017.

algo aproximado de um sistema democrático, a considerar que nunca vivenciamos integralmente uma estrutura política desse tipo. Segundo Cunha (2001), quando falamos em democracia no Brasil, ficamos mais no campo das esperanças do que das realizações, isso é perceptível quando estudamos sobre a história de nosso país e observamos, por exemplo, os tamanhos retrocessos no campo educacional propostos pelas várias reformas não somente do nível médio, mas das outras etapas da educação.

[...] no que se refere à educação brasileira, tudo tem sido sempre muito provisório. Se considerarmos que na sociedade burguesa, a própria educação, as decisões que a amparam, os decretos, as leis e suas emendas, não têm como objetivo último a formação humana, mas dar uma resposta ao mercado ora em crise, fica mais fácil entender seus caminhos e descaminhos (AMORIM e SANTOS, 2016, p. 129).

Nesse contexto de crise que estamos inseridos, torna-se difícil o desenvolvimento de uma educação humanizadora. A desumanização é ainda mais presente diante dessa realidade em que tudo gira em torno da lucratividade do capital e da exploração dos indivíduos. O Estado protege o sistema capitalista, retirando os direitos dos trabalhadores e agindo repressivamente sem modificar o alto padrão da burguesia. Essa reformulação da educação tem a intenção de formar indivíduos cada vez mais alienados e acomodados, o que inviabiliza a organização das lutas sociais. Não é definidor, mas o pensamento crítico e fundamentado em uma teoria consistente colabora para o surgimento de movimentos sociais. Através desses grupos de sujeitos críticos é possível organizar a luta para transformar a realidade, todavia, sem o conhecimento da realidade objetiva fica ainda mais difícil vencer as barreiras impostas por esse sistema controlador.

A entrada do neoliberalismo em nosso país aprofunda ainda mais as desigualdades já presentes em nossa realidade. Essa vertente ideológica, que se configura como a fase mais cruel do capitalismo, influencia e implementa profundas mudanças na legislação, na organização e a administração pública dos países em que se instaura. Sob a necessidade de recuperação da economia dos países em crise, defende o Estado mínimo e a liberdade de mercado como estratégias necessárias para a garantia do crescimento econômico e social do país. A base da economia deve ser assim formada pelas empresas privadas. No plano econômico, o neoliberalismo almeja “[...] retirar o Estado da economia [...] no plano social, os verdadeiros neoliberais querem a retirada total do Estado, e, por isso, fazem uma severa crítica à intervenção do Estado social” (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 124).

O governo Collor abre as portas da nossa economia para a vertente neoliberal, entretanto, é com Fernando Henrique Cardoso, a partir de seu primeiro mandato em 1995, que a essa vertente insere-se no campo educacional. Saviani (2013), assim como Libâneo, Oliveira e

Toschi (2009) destacam a *Conferência Mundial de Educação para Todos* que ocorreu no ano de 1990 em Jomtien, na Tailândia, realizada sob o aporte de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional dentre outros, como espaço onde foram desenvolvidas e direcionadas ações de intervenção na área educacional dos países em desenvolvimento para que se adequassem aos ideais de formação de mão de obra necessários ao progresso econômico de tais países, dentre eles, o Brasil.

Essas ações se materializam no governo FHC por meio do seu primeiro programa intitulado “Acorda Brasil: está na hora da escola”, assim como pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que apesar de se expressarem como documentos norteadores, se configuraram com definições curriculares que se estruturaram sem um processo de diálogo em sua elaboração e desenvolvimento. As ações e políticas educacionais deste período se direcionaram especificamente ao âmbito do ensino fundamental, mas nos próximos governos foram ampliadas aos outros níveis e modalidades da educação brasileira. A Lei 13.415/2017, assim como a BNCC em sua última versão podem ser vistas como as modificações mais recentes instituídas sob o viés da ideologia neoliberal.

A educação é posta assim, a mercê de instituições e organizações que a reformulam com o único propósito de atender aos fins lucrativos, definida e estruturada sob a forma de políticas educacionais elaboradas para a classe dominante, tendo em vista a realização de seus interesses em não necessariamente uma formação de qualidade e emancipadora para os filhos dos trabalhadores. É justamente nesse ensejo, que a reforma posta para o nível médio sustenta-se pela defesa da liberdade de escolha, forjando no cenário educativo a propagação da ambiguidade formativa, que se instaura em nosso país desde os primórdios das primeiras práticas educativas e, as quais o percurso histórico demonstra um intenso aprofundamento das disparidades de acesso ao saber e das desigualdades sociais. É justamente nesse sentido que Amorim e Santos (2016, p. 137) destacam que:

Ao fim e ao cabo o que temos são propostas educacionais que reafirmam e até acentuam a distância existente entre ricos e pobres. O que é decisivo na nossa sociedade é a prevalência da lógica do mercado sobre os demais setores sociais, inclusive sobre a educação, embora o discurso indique a garantia de acesso, a busca de qualidade e o interesse na formação integral. Na realidade da vida objetiva a escola burguesa será sempre uma forte aliada do capital.

Além da ambiguidade de acesso aos itinerários formativos, é possível levantar como hipótese, uma vez que a Lei 13.415/2017 ainda está em processo implementação nas instituições educativas, que esta legislação representa uma grande redução de conteúdos no currículo educacional do nível médio, fator este, que diminui as possibilidades de que os jovens das classes

dominadas nesse país possam ter maiores oportunidades de acesso ao saber sistematizado e com qualidade. Realidade que já é bastante premente nas escolas públicas brasileiras, e que se vê as portas de um aprofundamento ainda maior.

Os dados do Censo escolar da educação básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2016, mostram que no Ensino Médio existe uma extensão de alunos que abandonam o curso e outros que não conseguem a aprovação. Dados que revelam apenas os sintomas e a necessidade de ações que viabilizem a melhoria não somente do acesso e permanência destes jovens nesta etapa, como também, o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade e que lhe ofereçam as possibilidades de um processo educativo crítico e emancipador.

Como se observa, tanto em sua primeira proposição sobre a forma da MP 746, quanto sob a Lei 13.415/2017, a reforma proposta para a etapa média, desde seu processo de aprovação, perpassando pelos elementos defendidos no texto legal, em contraponto a realidade objetiva, revelam a disposição de uma reformulação que se desenvolve de modo unilateral e com a finalidade de acirramento das desigualdades de acesso ao saber por parte dos jovens, em específico, filhos dos trabalhadores que compõem a grande massa da população brasileira.

NOTAS CONCLUSIVAS

Dentro desse cenário de crise econômica, percebemos que a educação faz parte da estratégia de dominação e manutenção do sistema capitalista. De acordo com a reflexão realizada nesse estudo, podemos reconhecer que a educação tem um papel preponderante dentro da sociedade, é por meio dela que os seres humanos adquirem subsídios necessários para formular uma reflexão crítica sobre o mundo, sobre a sociedade, etc. Nesta sociedade considerada do “conhecimento” as pessoas não podem ficar reféns de informações rasas, é necessário um aprofundamento teórico e consistente. É por meio do acesso aos conhecimentos historicamente acumulados que nós teremos a possibilidade de dar um salto qualitativo.

A Medida Provisória 746/2016, assim como os diversos períodos em que a crise econômica se agravou, a educação é a primeira empreitada que o Estado propõe de mudanças estratégicas para nutrir o capital. O discurso sempre foi o de que seria para a melhoria da educação, quando na verdade a classe trabalhadora pouco se beneficiou. As intenções das reformas e emendas constitucionais sempre foram de favorecer o capital e fortificar a ideia de que existe a classe pensante e a classe que trabalha com condições desfavoráveis. A burguesia continua no poder

espalhando sua ideologia e o proletariado continua trabalhando para manter a burguesia e se manter em circunstâncias miseráveis.

Em suma, podemos compreender a partir desse estudo que a educação está relacionada com toda a conjuntura, ou seja, em todos os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Percebemos também que as características que hoje se fazem presentes no nosso modelo educacional são resquícios de um tipo de desenvolvimento histórico que o país vivenciou. A política educacional no decorrer da história vem sendo suscetível aos interesses das classes dominantes do país. São essas informações que nos fazem compreender melhor a sociedade em que vivemos e principalmente entender a organização escolar e seus desdobramentos, para seguirmos caminhos que nos levem a discussões críticas e reflexivas.

No desenrolar dessa exposição, ao recorrermos à história da educação brasileira, identificamos que as deficiências educacionais vêm se perpetuando há muitos anos. Foram realizadas inúmeras reformas e emendas constitucionais que em nada resolveram os reais problemas. A educação brasileira vem sendo maquiada e não solucionada. É preciso que esse modelo educacional seja superado, precisamos de uma educação emancipada, que forme um indivíduo crítico, reflexivo e que tenha a oportunidade de elevar suas potencialidades verdadeiramente humanas. No entanto, enquanto obtivermos esse modo atual de produção, não existe essa possibilidade. Continuaremos sendo manuseados para sustentar e manter um sistema que apenas explora e desumaniza os seres humanos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. G. SANTOS, M. E. de M. O Caráter de Classe da Reforma do Ensino Médio. **Revista Eletrônica a Arma da Crítica**. N. 07, Dezembro de 2016. Disponível em <<<http://www.armadacritica.ufc.br>>>. Acesso em 26 de abril de 2017.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (3ª versão)**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC\SEB, 2017.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica Notas Estatísticas de 2016**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2017. Disponível em <<portaldoinep.gov.br/censoescolar>>. Acesso em 01 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 11.494, Lei nº 9.394/1996 em relação à estrutura curricular do Ensino Médio, a Consolidação das Leis Trabalhistas com o Decreto Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, revogando também a Lei nº 11.161 de agosto de 2005 e

institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 1971.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746.** Altera a Lei nº 11.494, a Lei nº 9.394/1996 em relação à estrutura curricular do Ensino Médio e institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 2016.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Política Educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1998.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** SP: Cortez, 2009.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O Banco Mundial no comando da educação dos países periféricos. In Rabelo, Jackeline (org): **Trabalho, educação e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

PANIAGO, M.C.S. **Marx, Mészáros e o Estado.** – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

Escola sem partido, Quem somos. Disponível em: <<<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>>. Acesso em 05 de setembro de 2017.